

A Resistência Camponesa e a Igreja Católica no Município de Pinhão, PR.

Rene Wagner Ramos ¹

Resumo: O artigo aborda a resistência dos camponeses do município do Pinhão, na região Centro-Sul do Estado do Paraná, frente à ocupação e expropriação de suas terras pela Madeireira José Zattar S/A. Apresenta-se um retrato do panorama da história do processo de ocupação e do modo de vida dessa população. A delimitação temática partirá da premissa das transformações políticas, econômicas e culturais, além de outras variáveis também experimentadas pelos camponeses com adoção de um novo modelo agrícola no Estado, ancorado nas exportações de grãos e no controle do setor por grandes grupos econômicos ou cooperativas, que provocaram inúmeras consequências no universo rural, na política regional e estadual. Essa pesquisa, em especial, tem o propósito de investigar a introdução do modelo agroexportador de grãos no centro-sul do Paraná e as repercussões, sobretudo social com a desagregação de uma economia voltada à produção de subsistência e os laços de compadrio que garantiam as elites locais o mando político, portanto, esse trabalho se basilará na tentativa de apreender a visão dos caboclos praticantes de uma agricultura de subsistência frente a esse processo de tensão/modificação em suas vidas. A resistência ao modelo agroexportador, que teve a indústria madeireira a frente da ocupação das áreas do campesinato, com objetivo de 'limpar' o campo para chegada do latifúndio agroexportador. Ocasinou a leniência das autoridades políticas regionais e estaduais, levando os camponeses a se organizarem, tendo como referência a Comissão da Pastoral da Terra, de singular importância, mas pouco estudado pela historiografia. Observa-se que, o forte sentimento religioso se faz presente no campesino. Nesse cenário, percorreu-se uma estrutura de trabalho buscando reconstruir essa história de resistência campesina, dando continuidade a trabalho anteriormente iniciado. A metodologia utilizada para a execução da pesquisa baseia-se na história oral, tendo como universo, caboclos, fazendeiros, migrantes ex funcionários da Madeireira Zattar S/A, inclusive um descendente direto dos conhecidos empregados intitulados 'pistoleiros'. O período estudado encontra-se entre os anos de 1950 a 1992, destacando-se a história político econômica do estado do Paraná frente às diversas mudanças de postura, no que concerne ao gerenciamento do país. A análise historiográfica compreendeu a utilização da micro escala, para permitir o reconhecimento das particularidades locais, ocultas nas macro abordagens históricas. As considerações finais, chegam a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, resultando em documento que estabelece o direito as terras aos camponeses.

Palavras-chave: Resistência campesina; Comissão Pastoral da Terra; Religiosidade; História-Paraná.

1 Contexto Histórico

A resistência dos camponeses frente às transformações políticas, econômicas e culturais com adoção de um novo modelo agrícola no Estado, destaque para o município do Pinhão - PR, no período de 1950 a 1992, com a disputa pelas terras entre camponeses e os proprietários da Madeireira José Zattar, estando presente a este conclave a Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica.

O novo modelo agrícola de exportações de grãos sob o controle de grupos econômicos ou cooperativas vem desagregar o antigo modelo de produção de subsistência para um modelo agroexportador. Essa alteração traz em seu bojo, mudanças no universo rural, na política regional e estadual. Todo esse processo deve juridicamente um resultado inusitado, no que se refere as terras disputadas, ou seja, a justiça determinou ganho de causa aos camponeses, trazendo essa atitude jurisprudência para outras questões parecidas.

As mudanças do processo de produção agrária começaram a ocorrer com a instalação de novas colônias de imigrantes, aliada a chegada do cooperativismo, o discurso de progresso do Governo de Bento Munhoz da Rocha, Moisés Lupion, Ney Braga e Paulo Pimentel acabaram produzindo transformações no modo de vida supracitado dos caboclos posseiros.

Pretendemos expor a relação dos camponeses com a terra, para tanto, expõe-se a necessidade de delimitar o objeto de estudo, sendo assim compreende-se o camponês a partir dos estudos de Ianni (1985, p. 28) que escreve:

[...] a própria diversidade de condição camponesa é essencial à compreensão de sua condição subalterna. São sítiantes, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, moradores, agregados, posseiros, ou índios, mestiços, negros, mulatos, brancos, isto é, trabalhadores rurais que combinam condições sociais econômicas políticas e culturais bastante peculiares [...] Para o camponês a terra é muito mais do que objeto e meio de produção [...] é o lugar natural, de sempre, antigo. Terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser, viver, multiplicar-se, continuar pelas gerações futuras, reviver os antepassados próximos e remotos. A relação do camponês com a terra é transparente e mítica; a terra como primordial da natureza e do homem da vida. É aí que se demarca o espaço da família, parentes, vizinhos [...].

Ao analisar-se o processo de ocupação da área em questão observamos que à margem esquerda do Iguaçu, no *vale encaixado*, as terras foram ocupadas pelos posseiros ao longo do vale do Iguaçu, ou por agregados dos grandes fazendeiros, pelos moradores pobres, por escravos fugitivos, pelos criminosos degredados para os Campos de Guarapuava e seus descendentes, pelos fugitivos do contestado segundo a tradição oral, é fácil reconhecer a relação com a veneração ao Monge João Maria, observamos que em inúmeras casas apresentam um oratório com sua imagem. A prova de que grandes fazendas da região utilizavam a mão-de-obra do trabalhador escravizado é a disputa judicial entre a Cooperativa Agrária e descendentes de ex-escravos pela fazenda Paiol de Telhas no município de Reserva do Iguaçu, em estágio de decisão final no STF.

Uma importante discussão consiste na construção de uma identidade de grupo, que vindos de diferenciadas realidades acreditamos que ocorreu um processo de identificação entre os mesmos devido ao seu modo de vida peculiar, possibilitando um sentimento de pertença e ações conjuntas. Soma-se a essa identificação a necessidade de unidade para resistir aos ataques dos madeiros que estavam se instalando na região em apreço.

Pelos relatos dos moradores mais idosos, foi possível concluir que a maioria das famílias residentes ao longo da margem do rio chegou entre o final do século XIX e início do XX e encontravam-se na condição de agregados, ou seja, trabalhavam para os fazendeiros durante a safra de porcos ou na lida do gado e, como eram pessoas de confiança era permitido que permanecessem num pedaço pequeno das terras nas margens do rio. (SIQUEIRA, ENTREVISTADO, 2010).

Na dinâmica do processo de ocupação do espaço da região, verificou-se um alto número de “sem terra” que viviam sob a condição de posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros e agregados, em contraste com a concentração da propriedade em número pequeno, ou seja, 22,36% eram proprietários de quase 77% das terras (RAMOS, 2010). Essa enorme concentração teve como um dos seus fatores a prática da venda de posses pelos caboclos, que as vendiam, mas permaneciam nas terras como agregados, arrendatários, meeiros ou parceiros.

A explicação para o fenômeno histórico da dinâmica de ocupação do espaço ficou evidente em inúmeras entrevistas com médios e grandes proprietários que tiveram parte de suas terras atingidas pela águas da barragem Governador Ney Braga que atingiram terras dos municípios do Pinhão e Guarapuava, como atesta um desses grandes proprietários “seis agregados e dois arrendatários meus foram reassentados pela Copel” (SCHMIDT, ENTREVISTADO, 2010).

Outro fenômeno econômico que colaborou para as mudanças no campo foi decorrência da ocupação ítalo-gaúcha, que trouxe à região a experiência das grandes cooperativas agrárias, as quais seriam responsáveis pela introdução de uma nova forma de produção. Até 1950, a região era essencialmente voltada à subsistência e à criação de gado; com o sistema cooperativo incentivou-se o modelo de agricultura de monocultura direcionado à exportação, constituído de três produtos básicos: trigo, soja e milho. Ainda, essas cooperativas introduziram na região as sementes híbridas, o uso intensivo de herbicidas, inseticidas, de adubos químicos, uréia, calcário entre outros; controlando a compra e venda dessa produção, transformaram o agricultor num apêndice da cooperativa. Esse não foi um fenômeno isolado, ou seja, os caboclos vendiam as posses, que eram regularizadas junto aos órgãos públicos pelo novo proprietário, e passavam a viver na condição de posseiros, arrendatários ou agregados, nas terras que naquele momento não apresentavam condições para a exploração comercial.

Essa transformação capitalista do campo entrou em choque com o modo de vida caboclo, que praticavam o cultivo em áreas comuns, roças de milho e feijão, feitas em clareiras (local de derrubada de mata nativa) onde o solo era fértil e menos ácido, num sistema conhecido como faxinais. Eles praticavam uma agricultura de toco, após a roçada e queimada da capoeira que crescia durante o tempo que a terra descansava. As famílias mais próximas desenvolviam o sistema de cultivo em conjunto da terra, chamada por eles de “Cultura”.

Essas questões são visíveis no município do Pinhão, uma vez que os Posseiros, no seu vínculo com a terra, não priorizavam o valor do capital, mas sim o valor sentimental contido nas relações cotidianas, aspectos que foram visíveis no diálogo com essas fontes durante a dissertação de mestrado. Desta forma, observou-se que as linhas divisórias da terra eram transmitidas de geração para geração, de acordo com a “tradição no convívio com a comunidade”, é nessa interação que formavam os valores sócio-culturais respeitados pelo coletivo, assim sendo, entende-se o termo cultura a partir do conceito de Thompson (1998, p. 17) que diz:

[...] cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sobre uma pressão imperiosa por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de uma “sistema”. “E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.”

Essa situação mudou completamente com a chegada em 1950, sob o discurso do progresso rural do governador Moisés Lupion, instalou-se a indústria madeireira João José Zattar S.A. no município de Guarapuava, interessadas nas madeiras nobres existentes em

grande quantidade exatamente nas terras ocupadas pelos posseiros que viviam as margens dos grandes fazendeiros. A indústria passa a explorar as madeiras dos faxinais ocupados pelos caboclos que habitavam a área há muito tempo, acobertadas por autoridades políticas estaduais e municipais, utilizando-se de vários meios ilícitos enganavam os caboclos e os resistentes a repassar sua posse eram assassinados e suas famílias expulsas da terra.

Frente ao contexto de transformações na resistência do modo de vida campesino-caboclo é importante cotejar os aspectos políticos, tendo presente que com a produção dos porcos outros setores desvelaram-se para a prática política da relação caboclos com os madeiros que ocuparam espaços anteriormente ocupados pelos mesmos, logicamente afetando diretamente o modo de vida caboclo. Ocorreu um enfraquecimento de uma rica prática social camponesa e o processo de transformação do modo de vida com a chegada do modelo de agroexportação da soja e da produção, sendo esse momento resignificação de uma prática social e política. A resistência camponesa em preservar seu modo de vida caboclo, merece reconhecimento e todo o esforço possível para emergir das "sombras da historiografia".

A pesquisa se justifica pela importância que a compreensão destes processos históricos possibilitará também a historiografia paranaense uma melhor análise da implantação da relação deste fato com a instalação de colônias de imigrantes no estado e da migração gaúcha, que foi responsável pela implementação de novos valores culturais, políticos e econômicos a região centro-sul e sudoeste do Paraná.

Por ser uma área de ocupação bastante antiga, há mais de 6.000 anos a.C., identifica-se o rio Iguaçú como um importante difusor e fixador de populações indígenas heterogêneas, fazendo com que esses grupos sofressem forte influência cultural dessas populações, possuíam um modo de vida totalmente integrado ao meio ambiente e sujeito às alterações do rio, que estava presente em todos os momentos de suas vidas. Esta herança cultural é fruto do convívio direto com índios Guarani e Kaingang, sem, sobretudo, nos esquecermos da chegada de diversas outras etnias, como: italianos, alemães, dentre outros, que ocuparam esse espaço e o compartilhou com aqueles que ali já viviam, aspecto que perpassou para a cultura cabocla que vimos perseguindo nesta pesquisa. Desta forma, necessita-se explorar mais profundamente seus sistemas de parentesco que envolvia os caboclos, suas crenças e manifestações religiosas, no sentido de serem pólo agregador das comunidades, assim como, as bodegas e botecos e a chegada das cooperativas trazendo transformações econômicas para a região que possuía, aparentemente, formas rústicas de produção e subsistência e, mesmo suas criações artísticas.

Além disso, percebe-se ainda o quanto as populações caboclas são preteridas a outros grupos, tomando-se por base as publicações que existem sobre outros povos, principalmente europeus, que migraram para o Paraná, formando o grupo dos colonos, por isso, com esse estudo estaremos trazendo maior valorização e desmistificação ao grupo objeto da pesquisa, que muitas vezes é tratado com muito preconceito por ser identificado como um povo sem repercussão social, fruto de forte processo de miscigenação entre índios e brancos e, por isso de identidade pouco definida.

A própria definição de caboclo cria uma boa discussão antropológica, pois segundo Zarth (citado por ARDENGHI, 2003, p.66) no sul do Brasil, o camponês nacional pode ser identificado como o colono, que é o imigrante europeu ou descendente de imigrante europeu, já o caboclo, também camponês nacional, mais pobre, associa-se mais ao sentido cultural do que étnico, possuindo uma vida diferenciada da vida do colono, possui maior proximidade com a forma de vida dos indígenas.

2 História, Cultura E Método

Levando em conta o princípio da totalidade e historicidade de todo fenômeno social, pode-se dizer que, para Thompson, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições: “Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares” (THOMPSON, 1981, p. 111).

Para compreender e analisar historicamente o modo de vida caboclo como exemplifica E. P. Thompson (1998, p. 22) se faz necessário examinar o termo cultura desvendando vários componentes que marcam o universo do objeto pesquisado, como: “ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão dos costumes de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho”. Esta análise metodológica tornou-se possível graças à mudança de paradigmas que a historiografia experimentou nas décadas de 1960 e 1970, a partir do que se permite construir uma história cultural, social e política pela investigação nas microabordagens. Nessa nova visão historiográfica, as estratégias analíticas e estruturais são questionadas e consideradas de pouca plausibilidade por debilitarem a análise das macroabordagem.

Ainda para Thompson (1998, p. 19) a cultura tradicional é rebelde e resistente à mudanças

Uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina de trabalho, os “livres” mercados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (modernização e racionalização), mas sim a inovação do processo capitalista é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso e costumes.

O conceito de cultura como definiu Ginzburg (1987, p.16)

O emprego do termo *cultura* para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico é relativamente tardio e foi emprestado da antropologia cultural. Só através do conceito de “cultura primitiva” é que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como “camadas inferiores dos povos civilizados” possuíam *cultura*. A consciência pesada do colonialismo se uniu assim à consciência pesada da opressão de classe.

O termo defendido por Ginzburg (1987) permite uma melhor compreensão da cultura cabocla, pois se afasta da visão que o modo de vida dessas populações trata-se de camadas inferiores da civilização e que a modernidade tecnológica traria novos horizontes aos caboclos. Desta forma a pesquisa é feita na perspectiva da história regional, que permite reconhecer a riqueza cultural do modo de vida caboclo, para tanto, utilizaremos fontes escritas e orais. Optamos pela relativização das macroabordagens, que conduzem à construção de verdades sistêmicas ou leis explicativas. Em razão desse fato, ganham importância as abordagens específicas, denominadas "micro-história" ou "história regional".

A respeito afirma Bodei (2001, p. 58):

[...] a história tem até uma tarefa terapêutica, enquanto fornece um antídoto ou um dispositivo para dar espessura e profundidade à experiência individual, para mostrar o seu tecido conectivo com o universal [...] No encontro entre Erlebnis e história a vivência se contextualiza, focalizando-se pessoas e acontecimentos particulares, até chegar à biografia. Dessa maneira nos damos conta de pertencer a um mundo comum, fruto da atividade de todos e de cada um.

Compreendemos que a micro-história permite uma análise contextualizada dos acontecimentos consideradas insignificantes nas grandes abordagens, como meio para alcançarmos uma conclusão de maior alcance, partindo do micro para o macro. O perigo do

relativismo nas pequenas abordagens é menor porque se contemplariam concretamente alguns aspectos da sociedade que não seriam percebidos nas macroabordagens. Há, ainda, nas macroabordagens a tentativa da explicação dos fatos através de leis gerais em processos mecanicistas de mudança histórica.

A redução da escala de observação permite preencher lacunas, espaços e inconsistências apresentados nas análises complexas e sistêmicas. A microhistória apesar de diminuição da escala de observação, não fica restrita somente ao particular, pois também é um método de investigação que permite comprovar as grandes teses em exemplos particulares.

Ao realizarmos a leitura do espaço regional de forma diferenciada, podemos revelar as particularidades locais não contempladas nas grandes sínteses históricas, como na relação entre a produção de porcos e os hábitos alimentares como objeto de investigação. A pesquisa também representa a marca do olhar atento e observador do historiador, visto que, segundo Certeau (1978, p. 17) "Não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que as estendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação. Essa marca é indelével".

A visão de Certeau (1978) em relação às particularidades locais também ser observada em Westphalen (1977), a qual afirma que, quando se analisa a formação do povo brasileiro, percebe-se que as diferenças e as singularidades sempre estiveram presentes na história brasileira, mas permaneciam ocultas nas grandes sínteses históricas. A análise das particularidades regionais é favorecida pela opção metodológica da história regional, como argumenta a respeito da temática: "A História Regional é uma história das comunidades esquecidas ou deixadas de lado nas grandes sínteses". ((WESTPHALEN, 1977, p.30).

A importância da História regional foi definida em Amado (1990, p. 8):

[...] a historiografia regional tem a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. Por isso, quando emerge das regiões economicamente mais pobres, muitas vezes ela consegue também retratar a História dos marginalizados, identificando-se com a chamada "História popular" ou "História dos vencidos".

A pesquisa é uma atividade de investigação e pretende-se caminhar também a partir da contribuição da memória social sobre a temática, pela ausência de documental, como descreveu Félix (1998, p. 45):

Estudar memória, entretanto, é falar não apenas de vida e de perpetuação da vida através da história; é falar, também, de seu reverso, do esquecimento, dos silêncios, dos não-ditos, e, ainda, de uma forma intermediária, que é a permanência de memória subterrâneas entre o esquecimento e a memória social. E no campo das memórias subterrâneas, é falar também nas memórias dos excluídos, daqueles que a fronteira do poder lançou à marginalidade da história, a um outro tipo de esquecimento ao retirar-lhes o espaço oficial ou regular da manifestação do direito à fala e ao reconhecimento da presença social. Nesse sentido, esquecimento e morte se aproximam.

O conceito de resistência, que será muito usado neste trabalho, merece uma observação. Segundo Chauí (1986, p. 63), a “[...] resistência [...] pode ser difusa - na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, muros das cidades - quanto localizada em ações coletivas ou grupais”. Assim a resistência tanto pode ser deliberada como espontânea, assumindo então o conceito uma conotação mais ampla, e possibilitando uma melhor apreensão das várias formas de resistência que dos caboclos do médio vale do Rio Iguçu.

Outra observação, de caráter metodológico, é sobre a importância da História Oral para uma investigação com as características desta, em que as fontes escritas são escassas, e a historiografia é quase inexistente. Assim, um dos recursos possíveis para preencher as numerosas lacunas é converter em fontes as vozes de alguns indivíduos envolvidos no objeto de pesquisa.

Assim, recorrer a História Oral foi fundamental, devido a importância de trabalhar com depoimentos caboclos, agricultores, migrantes, fazendeiros, etc. Seu valor consiste em que “[...] privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.”(ALBERTI, 1990, p.2). Será utilizada a entrevista temática de final aberto, que consiste em direcioná-la para um tema específico, mas encaminhá-la para uma finalização aberta, possibilitando ao entrevistado uma dinâmica mais espontânea de exposição.

Outro aspecto a observar, refere-se à estéril discussão de credibilidade ou não da fonte oral enquanto documentação histórica. Neste sentido, seguimos as afirmações de Camargo (citado por OLIVEIRA, 1995, p. 10): “[...] a história oral é legítima como fonte porque não induz a mais erros do que outras fontes documentais”, ou seja, o documento oral é portador de subjetividade tanto quanto o escrito. É neste limite que se dá o trabalho do historiador.

A História Oral manifesta uma profunda preocupação com a reconstrução da memória dos esquecidos, tendo especial interesse em dar voz àqueles que nunca tiveram vez na historiografia.

Não se desconhece, no entanto, a existência de distinções entre memória e história, como observa Montenegro (1992, p. 17):

[...] o vivido que guardamos em nossas lembranças e que circunscreve ou funda o campo da memória se distingue da história. Entretanto, se são distintos, arriscaríamos afirmar também que são inseparáveis. Afinal, compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória.

A matéria desta tese insere-se também naquilo que os historiadores vêm chamando de História Imediata ou História do Tempo Presente. Esta corrente “[...] não se limita a querer atuar com rapidez de reflexos; quer construir-se a partir de arquivos vivos que são os homens”. (LACOUTURE, 1978, p. 316). Através dos depoimentos desses "arquivos vivos" localizados no contemporâneo do processo histórico, haverá reconstrução, em parte, de suas vidas diárias. Os depoimentos serão transcritos com a maior fidelidade possível. Além do respeito aos entrevistados, tal como observa Alberti (1990, p. 127) “[...] a manutenção do discurso tal qual proferido é mais um dado para apreender o clima da entrevista e as especificidades dos estilos de cada entrevistado”.

3 Considerações Finais

As questões pertinentes a historiografia regional, buscando compreender como a cultura cabocla foi alterada em seu percurso histórico através de diferenciados modelos econômicos? Portando, algumas considerações no estágio atual da pesquisa podem ser expostas.

A primeira observação foi a alteração na forma de vida dos caboclos tem uma relação direta com na pressão pela liberação de terras para estruturação a agroindústria, do acesso de seus filhos à escola no espaço urbano, já que as escolas rurais foram na região e do avanço das madeireiras com apoio governamental. O sistema de agricultura voltada a exportação de grãos levou as terras desses agricultores a serem objeto de cobiça, para tanto, pela documentação inclusive de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, encerrada em 1991, constatou-se a utilização das Madeireiras para realizar o trabalho “sujo”de limpar o campo, dos caboclos e seu modo de vida, incompatível com o modelo agrícola moderno, no discurso regional.

A pesquisa procura analisar as consequências do contato diário da criança e o jovem com uma cultura urbana, como estes absorvem e conduz novas formas de pensar o mundo

para o interior da comunidade cabocla. Evidentemente, isso trás um reflexo direto na religiosidade popular, que foi fundamental na coesão destes pequenos agricultores no processo de resistência contra a tentativa de expropriação de suas terras e seus vínculos.

Portanto a pesquisa ainda em curso deverá apresentar mais frente novas respostas ou questionar aqueles que o pesquisador tem como referência, pois o esse modo de vida é pouco pesquisado, portanto, ainda é pouco conhecido. No universo Caboclo, o misticismo e a religiosidade popular ocuparam um lugar de destaque e queremos compreender a relação direta do Catolicismo e a organização da resistência campesina, para tanto, a análise de documentação, ainda fase de pesquisa e o uso das memórias sociais será de fundamental importância para um resultado da pesquisa.

A memória dos posseiros e ex-trabalhadores da madeireira, a documentação da Paróquia Divino Espírito Santo de Pinhão, da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica, da Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), do processo-crime que são de grande relevância para a compreensão do modo de vida e da teia social que envolviam os Posseiros e o Relatório da Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Paraná (1991).

Referências

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ARDENGGHI, L. G. *Caboclos, ervateiros e coronéis*. Passo Fundo: UFP, 2003.

AMADO, Janaína. *República em migalhas: história regional e local*. In: SILVA, Marcos (Org.). *História e região*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

BODEI, Remo. *A história têm sentido?* Bauru: Edusc, 2001.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Lisboa: Forense Universitária, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FÉLIX, Loiva. *História e memória*. Passo Fundo: UFP, 1998.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

IANNI, Otávio. *A sociedade global*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

LACOUTURE, Jean. *A História imediata*. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A nova História*. Coimbra: Livraria Almedina, 1978.

MEIHY, José Carlos Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: cultura revisada*. São Paulo: Contexto, 1992.

OLIVEIRA, C. A. de. *Quem é do mar*. Campinas: UNESP, 1995.

RAMOS, René Wagner. *O impacto da construção da Usina governador Ney Braga*. Porto Alegre; Cidadela, 2010.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WESTPHALEN, Cecília M. *História nacional, história regional*. Curitiba, 1977.

¹ Mestre em História, UPF.